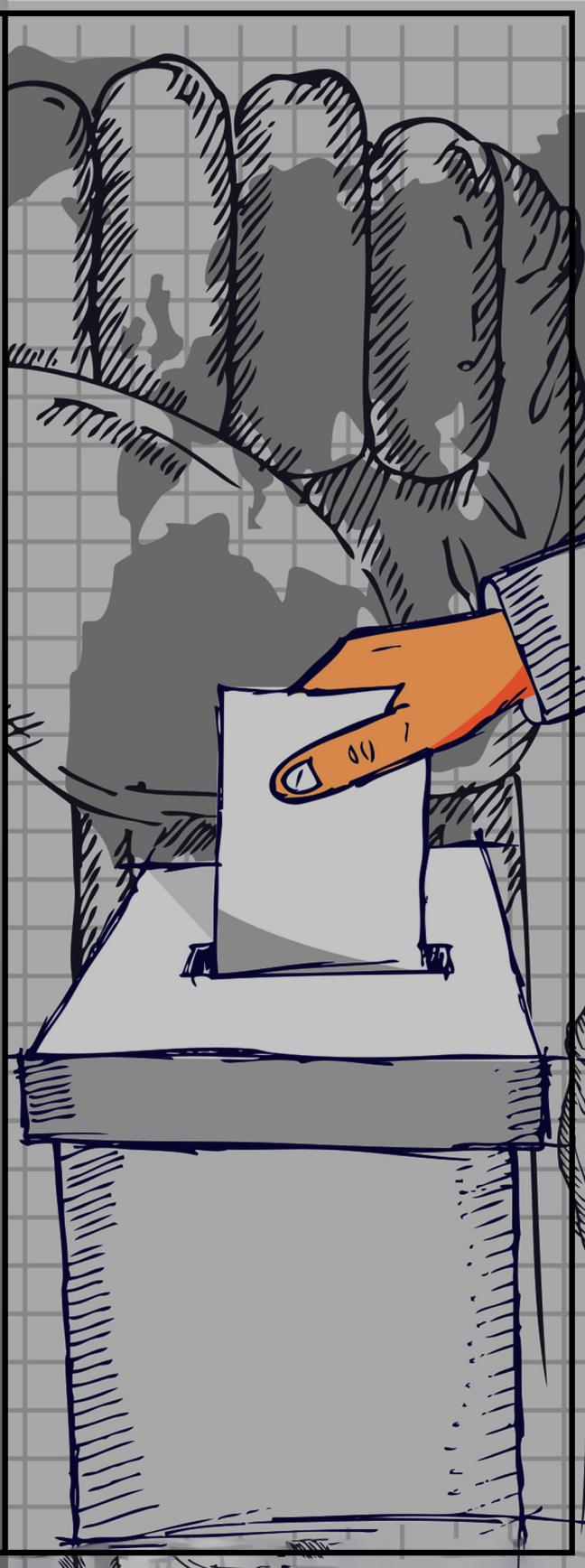


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2020

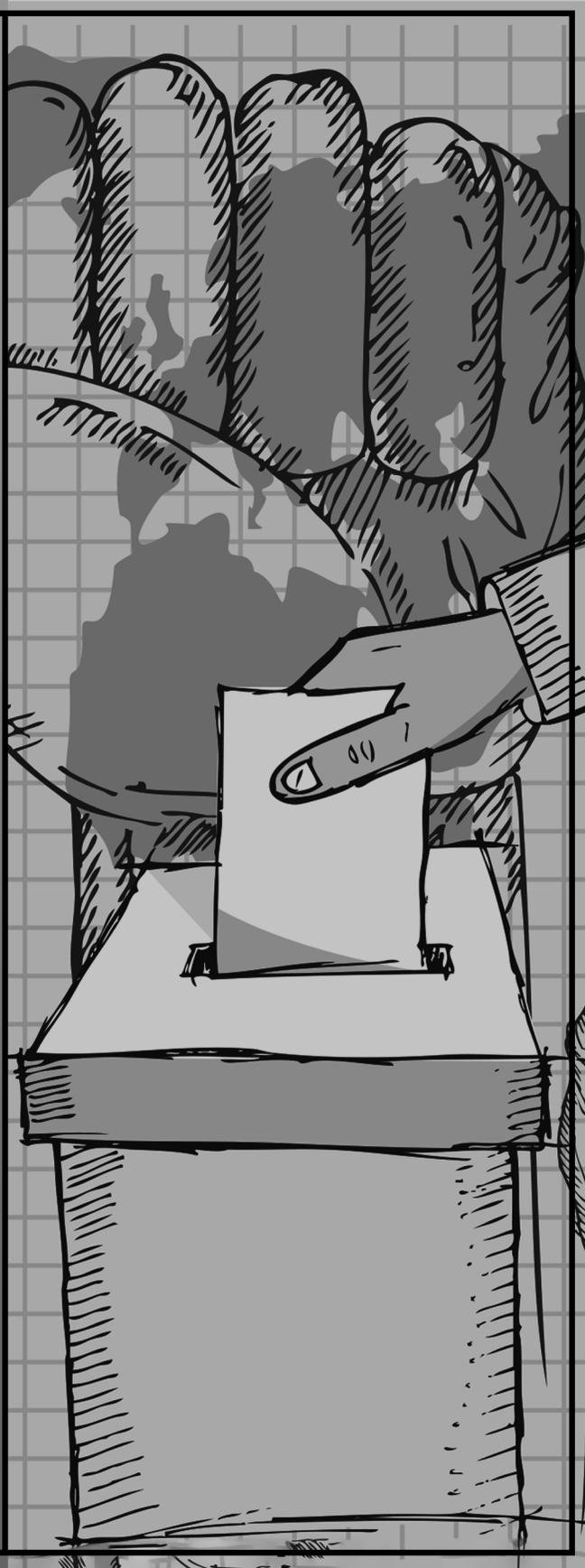


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO

2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Instituições da democracia, da cidadania e do estado de direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-544-0
DOI 10.22533/at.ed.440201211

1. Democracia. 2. Cidadania. 3. Estado de Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 342

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO – VOL. II**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse segundo volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam direito penal e suas problemáticas; saúde: direito e judicialização; estado, (des)democratização e atividade legislativa; direitos da pessoa com deficiência e dos idosos; família, pobreza e loucura.

Direito penal e suas problemáticas traz análises relevantes sobre deslegitimação do princípio da insignificância, execução da pena sem o trânsito em julgado, direito à prisão domiciliar negado a mulheres infratoras grávidas, direito penal visto como elemento para o estabelecimento de controle social, o encarceramento desenfreado como escravidão retextualizada, (cyber)pedofilia, visitação de crianças e adolescentes, estudo realizado em presídio mineiro.

Em saúde: direito e judicialização são verificadas contribuições que versam judicialização da saúde, federalismo cooperativo e regulamentação do uso da cannabis medicinal.

No estado, (des)democratização e atividade legislativa são encontradas questões sobre responsabilidade dos agentes públicos, processo de desdemocratização e redução de participação social, além das proposituras e aprovações de deputadas federais a partir das suas perspectivas ideológicas.

Direitos da pessoa com deficiência e dos idosos contempla estudos sobre inclusão social e representações.

Família, pobreza e loucura apresenta reflexões sobre alienação parental, ciclo transgeracional da pobreza e o holocausto brasileiro no hospital colônia de Barbacena, Minas Gerais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DESLEGITIMAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: QUEBRA DA MATRIZ PRINCIPIOLÓGICA E DO PARADIGMA DO DIREITO PENAL MÍNIMO	
<i>Alex Sandro Sommariva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012111	
CAPÍTULO 2	15
EXECUÇÃO DA PENA SEM O TRÂNSITO EM JULGADO E A MITIGAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE ORDEM CONSTITUCIONAL: COMO O DISCURSO POR MAIS SEGURANÇA PÚBLICA PRESSUPÕE A CORRUPÇÃO DO SISTEMA DO DIREITO	
<i>Pablo Prates Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012112	
CAPÍTULO 3	28
QUANDO O DIREITO À PRISÃO DOMICILIAR NÃO É CUMPRIDO – ENTEXTUALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS TEXTUAIS NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE MULHERES INFRATÓRAS GRÁVIDAS	
<i>Deise Ferreira Viana de Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012113	
CAPÍTULO 4	44
O DIREITO PENAL COMO “ARMA” NO CONTROLE SOCIAL	
<i>Aldair Marcondes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012114	
CAPÍTULO 5	56
ENCARCERAMENTO EM MASSA: A REINVENÇÃO DA ESCRAVIDÃO	
<i>Marcelo Bessa</i>	
<i>Pedro Patel Coan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012115	
CAPÍTULO 6	70
ETIOLOGIA DA PORNOGRAFIA INFANTIL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A (CYBER) PEDOFILIA	
<i>Kalita Macêdo Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012116	
CAPÍTULO 7	84
ABORDAGEM TÉCNICA SOBRE A VISITAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO REALIZADO NO PRESÍDIO DE MANHUMIRIM/MG	
<i>Pricila Pereira Siqueira</i>	
<i>Márcia Helena de Carvalho</i>	
<i>Alexander Lacerda Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012117	

CAPÍTULO 8	91
ACESSO À JUSTIÇA: PRÁTICAS DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Hugo Gabriel Pinheiro Lessa s Virgens	
Amanda Amaral Moreno	
Cynthia Cordeiro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4402012118	
CAPÍTULO 9	95
INTERPRETAÇÃO TÓPICO-SISTEMÁTICA E FEDERALISMO COOPERATIVO NA SEARA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: BREVES DELINEAMENTOS	
William Lovison	
DOI 10.22533/at.ed.4402012119	
CAPÍTULO 10	108
ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA <i>CANABIS</i> MEDICINAL SOBRE O VIÉS CONSTITUCIONAL: A LUZ DO DOCUMENTÁRIO ILEGAL	
Luiza Russi Dognani	
Valeria Soares da Silva Gauggio	
Matheus Gomes Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.44020121110	
CAPÍTULO 11	123
A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS PELA OMISSÃO ESTATAL	
Beatriz John Kettermann	
Aldemir Berwig	
Bruna Segat Heusner Sörensen	
DOI 10.22533/at.ed.44020121111	
CAPÍTULO 12	132
PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DA REDUÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL DE BOLSONARO	
Izabelle Carvalho Lima	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Enedina Gizeli Albano Moura	
DOI 10.22533/at.ed.44020121112	
CAPÍTULO 13	144
O QUE PROPÕEM E O QUE APROVAM AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS DE ACORDO COM SUA FILIAÇÃO IDEOLÓGICO PARTIDÁRIA (1987-2017)	
Mariana Lorencetti	
Maria Cecília Eduardo	
Geissa Cristina Franco	
Diogo Tavares de Miranda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44020121113	
CAPÍTULO 14	158
A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE UM NOVO	

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lucas Emanuel Ricci Dantas

Ricardo Pinha Alonso

DOI 10.22533/at.ed.44020121114

CAPÍTULO 15..... 171

AS REPRESENTAÇÕES E OS SENTIDOS DAS AÇÕES DO ASSOCIATIVISMO: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AMPID)

Alexandre de Oliveira Alcântara

DOI 10.22533/at.ed.44020121115

CAPÍTULO 16..... 185

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM PROCESSOS DE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO

Bruna Maria Favaro

Marcelo Negri Soares

Maurício Ávila Prazak

DOI 10.22533/at.ed.44020121116

CAPÍTULO 17..... 197

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG

Ana Paula Leite Moreira

Márcia Helena de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.44020121117

CAPÍTULO 18..... 207

UM ESTUDO DA SITUAÇÃO DO HOLOCAUSTO BRASILEIRO NO HOSPITAL COLÔNIA EM BARBACENA – MG SOB A ÓTICA DO CINEMA E LITERATURA

Eliane Cristina Rezende Pereira

DOI 10.22533/at.ed.44020121118

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

CAPÍTULO 17

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Ana Paula Leite Moreira

UNIFACIG, Faculdade de Serviço Social
Manhuaçu – MG
<http://lattes.cnpq.br/0684552896796629>

Márcia Helena de Carvalho

Universidade Estadual do Rio de Janeiro -
UERJ, Faculdade de Serviço Social
Manhuaçu – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6846077913701559>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar a influência que a pobreza transgeracional exerce sobre o comportamento e os projetos de vida de adolescentes que vivem em bairros periféricos. O que se percebe é que embora se idealize uma ruptura com as condições materiais de existência, os fatores objetivos da pobreza e subalternidade frente à divisão social do trabalho os fazem “repetir”, involuntariamente, escolhas realizadas pelas mães e avós como um legado familiar, ou seja, os projetos de vida dos adolescentes são construídos e significados em função das experiências socioculturais, das vivências e interações interpessoais que eles estabelecem. Como unidade de análise desta pesquisa utilizou-se as três gerações de mulheres - adolescentes mães e avós – cadastradas no Centro de Apoio à Família do São Francisco de Assis pertencente ao município de Manhuaçu, estado de Minas

Gerais, por ser um território considerado de vulnerabilidade e risco social, onde as situações degradantes tem ultrapassado gerações. Para alcançar o objetivo proposto realizou-se pesquisa bibliográfica com os principais autores que discorrem sobre a temática a nível nacional e internacional. Pesquisa documental, para selecionar dentre os cadastros do Centro de Apoio à Família as participantes do estudo. E entrevistas com 10 mulheres de cada geração mencionada, utilizando como critério o fato de pertencerem à mesma família. Os resultados da pesquisa revelaram que respeitadas as especificidades de cada período histórico as três gerações de mulheres tenderam a reproduzir padrões de ocupação e comportamento umas das outras. Conclui-se que embora os projetos de vida revelassem uma ruptura ideal com as condições materiais de existência da geração anterior, as condições objetivas da pobreza e subalternidade frente a divisão social do trabalho as fazem 2 “repetir” cotidianamente as escolhas realizadas pelas mães e avós.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, Ciclo Transgeracional, Projeto de vida, Adolescência.

THE TRANSGENERATIONAL POVERTY CYCLE IN SÃO FRANCISCO DE ASSIS NEIGHBORHOOD IN THE MUNICIPALITY OF MANHUAÇU-MG

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the influence that transgenerational poverty has on the behavior and life projects of adolescents living in peripheral neighborhoods. What is noticeable is that although a rupture with the material conditions of existence is idealized,

the objective factors of poverty and subordination in the face of the social division of labor make them “involuntarily” repeat choices made by mothers and grandparents as a family legacy, In other words, adolescents’ life projects are constructed and signified according to their sociocultural experiences, experiences and interpersonal interactions. As a unit of analysis of this research we used the three generations of women - adolescent mothers and grandparents - registered in the Family Support Center of São Francisco de Assis belonging to the municipality of Manhuaçu, state of Minas Gerais, as a territory considered vulnerable. and social risk, where degrading situations have exceeded generations. To achieve the proposed objective, a bibliographic research was conducted with the main authors who discuss the theme at national and international level. Documentary research, to select from the records of the Family Support Center the study participants. And interviews with 10 women of each generation mentioned, using as a criterion the fact that they belong to the same family. The survey results revealed that, respecting the specificities of each historical period, the three generations of women tended to reproduce patterns of occupation and behavior of each other. It is concluded that although life projects revealed an ideal break with the material conditions of existence of the previous generation, the objective conditions of poverty and subordination in the face of the social division of labor make them “repeat” daily the choices made by mothers and grandparents.

KEYWORDS: Poverty, Transgenerational cycle, Project of life, Adolescence.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o ciclo transgeracional da pobreza situado no Bairro São Francisco de Assis, pertencente a cidade de Manhuaçu, no estado de Minas Gerais, tendo como intuito demonstrar que a conjuntura política, econômica e social das comunidades periféricas, marcadas pela escassez de recursos financeiros para garantia da sobrevivência, pela desigualdade social, a baixa escolaridade da população, dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, entre outros fatores, comprometem o projeto de vida de seus moradores, levando-as a repetir inconscientemente os esquemas e papéis que se formam no interior da família. Para o desenvolvimento dessa investigação realizou-se pesquisa bibliográfica com os principais autores que discorrem sobre a temática a nível nacional e internacional. Pesquisa documental, para selecionar dentre os cadastros do Centro de Apoio à Família os participantes do estudo. E entrevistas com 10 mulheres de cada geração – adolescentes, mães e avós –, utilizando como critério o fato de pertencerem à mesma família. Para o tratamento dos dados coletados utilizou-se a técnica de análise de discurso e o método crítico dialético de Marx. Logo, pode-se argumentar que o presente artigo, ao abordar a temática referente ao “Projeto de Vida”, buscou analisar os aspectos pertinentes à singularidade das adolescentes pobres, marcada pelo modo de produção capitalista que, ao influenciar a economia, influencia também, e principalmente, o modo como os indivíduos se relacionam na sociedade. Este estudo torna-se relevante a medida que contribui na formulação de um diagnóstico sobre a influência objetiva e subjetiva da pobreza nas crianças e adolescentes dos bairros periféricos contribuindo como ferramenta

para construção de estratégias de enfrentamento desta expressão da questão social, além de proporcionar material de estudo para pesquisadores que pretendam aprofundar o estudo desta temática.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

Embora haja divergências conceituais para definir o que é pobreza, muitos autores concordam entre si que se trata de uma realidade por demais “complexa”, “essencialmente multifacetada” que se manifesta em diversas dimensões da realidade social (LEITE, 2001, p.25). Dessa forma, a pobreza não é apenas a escassez de recursos monetários “medida por indicadores sociais, de renda e outros” (TELLES, 1992, p. 87), ela é antes de mais nada uma condição de privação de direitos que é naturalizada e criminalizada. Inegavelmente, o sentimento de desprezo e de criminalização da pobreza vem perpetuando ao longo de nossa história, embora sob novas roupagens a interpretação do que seria pobreza e as formas de enfrentamento tenham se alterado. O conjunto de políticas sociais brasileiras sempre se apresentaram pontuais, setorializadas e desarticuladas, limitando-se ao que se denomina Seguridade Social, sendo regulamentadas no Brasil como direito social somente na Constituição de 1988. É inegável que esta legislação ao regulamentar o sistema de proteção social contribuiu para a expansão de projetos e serviços de enfrentamento às históricas desigualdades sociais.

Contudo, o agravamento da pobreza vem pesando duramente sobre a sociedade e, neste contexto, Yazbek destaca que programas sócio-assistenciais vêm se revelando inofensivos e com pequeno destaque nas intervenções governamentais, prestando-se mais ao “clientelismo utilitário e à absorção de tensões do que enfrentamento efetivo da pobreza” (1999, p.10). (ALVES, 2008, p.37).

Percebe-se que existe um problema estrutural no país, considerando a situação de capitalismo dependente, não havendo acesso igualitário de todos aos meios de ascensão social, dessa forma, criar e alcançar a concretização de um projeto de vida de ruptura com as condições objetivas de existência para as pessoas que estão à margem da sociedade em um país subdesenvolvido trata-se de atividade que apresenta limitações significativas dadas a extensão e a intensidade da pobreza no Brasil, que não compromete apenas as condições materiais de sobrevivência ela “aniquila” também a capacidade de sonhar desta população. Não é difícil identificar os efeitos do ciclo transgeracional da pobreza no projeto de vida das adolescentes oriundas de bairros periféricos deste país. Inegavelmente, para desvendar a constituição dos projetos de vida dos jovens pobres é necessário olhar para a realidade concreta em que os sujeitos vivem. Como nos Lembra Leite (2001. p.235), “existe uma possibilidade histórica que se fundamenta em dados da realidade e, ao mesmo

tempo, depende da substância criadora do devir: a intervenção humana sobre o real”. Quer dizer que, o potencial de crítica deste suposto “modelo” de vida imposto pela pobreza transgeracional pode ser rompido e recriado à medida que se conhece a função histórica da manutenção da pobreza no Brasil e se rebela contra ela deixando de ser ver como subalternos e passando a se ver como sujeitos de direitos e protagonistas da própria história, ou como se refere Hanna Arendt, em um processo de “indignação moral”.

2.2 Metodologia

2.2.1 Unidade de Análise da Pesquisa

Como unidade de análise desta pesquisa utilizou-se as três gerações de mulheres - adolescentes mães e avós – cadastradas no Centro de Apoio à Família do São Francisco de Assis pertencente ao município de Manhuaçu, estado de Minas Gerais, por ser um território considerado de vulnerabilidade e risco social, onde a situações degradantes tem ultrapassado gerações.

Dentre as 30 mulheres selecionadas para a participação neste estudo utilizou-se como critério de seleção as adolescentes que participaram da pesquisa “Trabalho Infantil Doméstico: Ocupação Precoce das Meninas do Bairro São Francisco de Assis em Manhuaçu – Minas Gerais” (2016-2017), recrutando apenas as que possuem idade entre 12 a 18 anos e que tem no grupo familiar a presença de mães e avós.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a influência que a pobreza transgeracional exerce sobre o comportamento e os projetos de vida de adolescentes que vivem em bairros periféricos. Neste sentido, todas as famílias selecionadas se encontram em situação de pobreza, sendo “desassistidas” pelo poder público local, pois não existe nenhum equipamento do Estado inserido neste território, reforçando o caráter de exclusão e estigma social.

2.2.2 Tipo de Pesquisa

O método de pesquisa utilizado foi o exploratório. A delimitação do público alvo como sendo do sexo feminino foi escolhida pelo processo histórico da mulher na sociedade, tendo no passado um projeto de vida determinado, referindo-se este ao cuidado com a família e o lar, Silva (2009) infere que historicamente a sociedade impõe ao sexo feminino as funções de mães, esposas e donas de casa, desta forma além da condição socioeconômica e familiar, o gênero trata-se de um importante fator de influência na criação de um projeto de vida.

A pesquisa realizada classifica-se como qualitativa, pois é a que melhor se adéqua as ciências sociais, uma vez que “a pesquisa qualitativa caracteriza-se por se ocupar de questões que não são passíveis de quantificação, visto trabalhar com o universo

dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21).

Para o desenvolvimento teórico do estudo utilizou-se a pesquisa descritiva, com referências bibliográficas voltadas para o estudo da pobreza como limitadora de possibilidades concretas de emancipação social e política em um país com imensas desigualdades sociais e territoriais. Para selecionar as mulheres participantes do estudo foi utilizada pesquisa documental extraindo informações dos cadastros do Centro de Apoio à Família. E para dar voz aos sujeitos privilegiados da pesquisa adolescentes, mães e avós - foram realizadas ao todo 30 entrevistas, sendo 10 mulheres de cada geração mencionada.

Antes da aplicação do questionário foi informado às entrevistadas seu direito de se retirar da pesquisa em qualquer tempo, assegurado a elas a proteção da identidade e anonimato, e os riscos de constrangimento, assim como os benefícios da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE. Foi também solicitado a responsável legal a participação das adolescentes na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, cumprindo os critérios éticos da pesquisa com seres humanos.

A maioria das entrevistas foi realizada na própria residência das adolescentes, proporcionando uma aproximação com a realidade de vida destas mulheres pesquisadas. Também utilizou-se o CAF como lugar privilegiado das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, sem alterações na linguagem, para respeitar a técnica de análise de discurso.

O método de análise dos dados extraídos foi o crítico dialético de Marx, considerando a totalidade e a singularidade enquanto categorias da realidade e realizando a mediação, em seu viés ontológico e reflexivo, para realizar a crítica dos resultados obtidos.

2.2.3 Discussão de Resultados

Dentre as 30 mulheres elegíveis à entrevista (10 avós, 10 mães e 10 filhas), houve a adesão de todas à pesquisa.

No que se refere ao sentimento das entrevistadas sobre o bairro onde moram, a maioria delas demonstra incomodar-se com a situação ou com o estigma do local, sendo que 40% das adolescentes demonstra preocupação com a periculosidade do bairro e 30% afirma gostar do local pois possibilita a proximidade com a família e amigos. Entendendo que o projeto de vida de uma pessoa é constituído de suas experiências, e consideravelmente influenciado pelo exemplo daqueles com quem divide a convivência, percebe-se o quanto este estigma interfere na estima das adolescentes entrevistadas sobre si mesmas e suas possibilidades, vivenciando o 6 cotidiano e todas as suas dificuldades. Nesta perspectiva, a pobreza aparece enquanto limitadora de projetos de vida, no momento em que define um espaço na sociedade para o indivíduo através das pressuposições existentes no imaginário social.

Verifica-se que as atividades desempenhadas pelas entrevistadas sofrem variações tanto em termos de ocupação quanto remuneração, 50% encontra-se no mercado desprotegido sem regulamentação trabalhista, e 37% são desempregadas, apenas uma, auxiliar de gari, possui vínculos empregatícios.

Em relação a ocupação das mães das adolescentes se verifica uma tendência das atividades informais e de baixo reconhecimento social, como acontecia com as avós, embora haja modernização no tipo de atividade. A entrevista revelou que as avós estiveram vinculadas ao longo da vida com o trabalho rural e doméstico, e que possuem escolarização aquém das mães das adolescentes, sendo que 90% delas não concluíram o Ensino Fundamental, e 10% nunca foram à escola, enquanto 60% das mães afirmam que concluíram o Ensino Fundamental, e 10% concluíram o Ensino Médio.

Acredita-se que a mudança na forma de ocupação por parte das mães das adolescentes esteja vinculada ao acesso ainda que mínimo à escolaridade em relação as avós. Verifica-se que antigamente o trabalho da criança e do adolescente era mais valorizado do que a frequência escolar, além disso, a escola era de difícil acesso, por motivos de distância ou pela dificuldade em se manter financeiramente.

As entrevistas foram reproduzidas na íntegra, sem correção aos erros de português, pela linguagem adotada se verifica que mesmo aquelas avós que tiveram acesso ainda que mínimo à escola possuem grau de instrução muito precário. Inclusive quando foi questionado a elas até que série estudaram a maioria não soube informar com precisão, sabendo apenas dizer que não concluíram o Ensino Fundamental. Tratam-se de processos interrompidos de formação.

Todavia o interessante a ser observado é que a maioria destas avós incentivaram suas filhas (hoje mães das adolescentes entrevistadas) por meio de conselhos, a frequentar a escola, como relatado em uma das falas: “Ela sempre falava que eu tinha que cuntnuá estudano, pra mim ser alguém na vida.” (Mãe Adolescente 1). Nota-se aqui o peso da expressão “ser alguém na vida”, demonstrando o reconhecimento da importância da colocação no mercado de trabalho enquanto formadora de identidade social.

Ainda assim apenas 10% das mães concluíram o Ensino Médio. Embora se perceba que a maioria das mulheres entrevistadas reproduziram a vida de suas próprias mães, ou seja, no caso desta pesquisa das avós das adolescentes entrevistadas, há indícios de uma pequena evolução no que se refere ao nível de escolaridade alcançada por elas, mesmo porque hoje o acesso a escolarização é maior, assim como o nível de exigência para o mercado trabalho.

Das entrevistas realizadas 90% das mulheres pararam de estudar em algum momento da vida, não retomando os estudos posteriormente, as justificativas variam entre não achar que eram capazes, pensamento proveniente da própria sociedade patriarcal que define a mulher enquanto responsável por cuidados do lar e dos filhos, 7 não possuindo aptidão para outras áreas, ter que cuidar dos irmãos ou filhos, ou mesmo preferir o trabalho.

Fica claro que os indivíduos oriundos de famílias pobres se veem obrigadas a adentrar no mercado de trabalho muitas vezes precocemente e em atividades “desqualificadas”, despojando-se da escolarização. Silva (2009, p. 64) afirma:

Indicadores sociais como renda, escolaridade e ocupação, dentre outros, apontam a situação de pobreza como principal elemento que impulsiona famílias a inserirem precocemente seus filhos no mundo do trabalho de forma que estes possam contribuir, ou até mesmo arcar, com a sobrevivência de suas famílias em detrimento do seu pleno desenvolvimento humano e social que envolve o acesso à escolarização, ao lazer, às atividades esportivas, dentre outras.

Em contraponto às atividades realizadas pelas mães, as adolescentes entrevistadas quando perguntadas sobre suas perspectivas para o futuro demonstram o desejo de assumir profissões de Ensino Superior, evidenciando não desejar repetir a vivência de suas genitoras, imaginando para si um projeto diverso do das mesmas.

Sobre a repetição da vivência, tanto as mães quanto as avós afirmam em sua maioria desejar que a filha/neta tenha uma história diferente daquela vivenciada por ela. Percebe-se o desejo comum das três gerações entrevistadas de que a história seja mudada pelas adolescentes, em detrimento disto por vezes os sonhos esbarram nos obstáculos do sistema capitalista, que muitas vezes oferece a possibilidade de trabalhar, ainda que em regime não regulamentado, a fim de ter o benefício imediato, ou seja, o salário, ao invés de estudar em busca de um benefício futuro, ou seja, uma melhor colocação no mercado de trabalho. Além da existência de um pensamento higienista, que dissemina a ideia de que a criança/adolescente que fica na rua precisa procurar algum ofício.

Quando questionadas a respeito da pessoa entendida como responsável por elas, 60% das meninas entrevistadas afirmaram ser a mãe, 10% a avó, e outras 30% os pais, nenhuma delas afirmou ser apenas o pai o responsável. Este dado demonstra uma conformidade com o cenário nacional, que aponta que o número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobrou em uma década e meia (CAVENAGHI, ALVES, 2018).

Ressalta-se o fato de que 53% das famílias com filhos chefiadas por mulheres são pobres, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, em contrapartida apenas 23% das famílias com filhos chefiadas por homens são pobres. Este dado demonstra que a pobreza no Brasil é majoritariamente feminina.

Em se tratando da renda, as famílias entrevistadas em sua maioria estão em situação de renda esporádica, sendo 50% das entrevistadas, enquanto 12% possuem renda de 1 salário mínimo e 38% mais de um salário mínimo. O que significa que estas famílias vivem em uma conjuntura de insegurança quanto aos recursos disponíveis para sua subsistência.

Salienta-se que as famílias que declararam receber mais de um salário mínimo são aquelas que contam com benefícios sociais além do salário recebido através das atividades no mercado de trabalho, exceto por uma em que tanto a mãe quanto o pai recebem um salário mínimo e estão inseridos formalmente no mercado de trabalho.

Percebe-se também por parte destas famílias a incorporação da imagem subalterna que muitas das vezes os levam a não reconhecer a própria identidade. Este fato ficou evidenciado quando se questionou a cor da pele destas mulheres, a maioria se reconheceu como parda, embora através da observação participante se tem constatado que a maioria das entrevistadas são pretas. Este reconhecimento é negado não por uma questão estética e sim por saber a existência do preconceito racial. Percebeu-se entre as entrevistadas uma visão de si marcada pela ideia de subordinação e inferioridade, relacionada à moradia, renda, formação familiar, raça, profissão; categorias formadoras da estima. Ao tentar visualizar uma outra história de vida, estas mulheres demonstram medo de sonhar, precisando lidar com o sentimento de frustração que se apresenta quando o fazem.

Ao tratar do mesmo assunto, as avós demonstraram não haverem refletido sobre o assunto quando da idade das adolescentes, o que se percebe pela fala: “Ah, minha fia, sabe que eu num pensava nada. Só pensava em saí de den de casa, da casa do meu pai papodêarrumá minha vida.” (Avó Adolescente 9). Em contrapartida, as adolescentes demonstram uma capacidade de sonhar, porém muitas vezes de maneira ainda imprecisa.

Em relação à subjetividade, sonhar e planejar não são necessariamente complementares na abordagem destas adolescentes. Sonhar é aspirar, imaginar um contexto diverso daquele que a realidade apresenta, e isto ocorre precisamente; planejar significa traçar os passos para se alcançar o sonho, utilizando como ponto de partida a realidade concreta, o que não se percebeu através desta pesquisa, considerando que as entrevistadas demonstram muitos sonhos e aspirações, mas não possuem planejamento quanto aos mesmos. Isto porque o cotidiano, a limitação das oportunidades, a carência de exemplos e incentivo objetivo, as necessidades materiais, as barreiras sociais, a marginalização quanto ao nível econômico, racial, familiar, de inserção no mercado de trabalho, escolarização, interferem na objetivação do imaginário.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a situação de pobreza condiciona os projetos de vida das entrevistadas, mas não os determina, considerando para isto os dados obtidos através da entrevista com as três gerações de mulheres: adolescentes, suas mães e avós. Ao longo da história a situação econômica sempre foi um fator definidor para a inserção do indivíduo na sociedade e seu lugar dentro da mesma, considerando que o sistema capitalista tende a retirar do indivíduo o papel criador de sua própria história, no sentido de que define espaços antes mesmo que este se situe no mundo. Por isto nascer em uma família pobre, oriunda de uma periferia, inserida em uma minoria racial, em um gênero marcadamente dominado historicamente, são fatores que definem um lugar de subalternidade, apreendido através, também, das representações familiares, sendo a família a instituição que realiza a ligação do indivíduo com o mundo. Neste caso determinado pela figura das mães e

avós, que tiveram histórias semelhantes, apesar de existir uma pequena evolução em se tratando da mãe, evolução esta explicada pelo avanço do próprio sistema e aumento 9 de suas exigências; o ciclo da pobreza se repete, perpetuando o sistema e definindo lugares para as próximas gerações, condicionando, portanto, os projetos de vida de cada um. Percebe-se que apesar da idealização de uma ruptura com as condições materiais de existência das gerações anteriores, os fatores objetivos frente à divisão social do trabalho os fazem repetir o ciclo de escolhas realizadas pelas mães e avós como um legado familiar, involuntariamente.

As limitações da pesquisa consistiram no fato de as respostas às perguntas realizadas serem pensadas momentaneamente pelas entrevistadas, devido ao fato de não existir uma reflexão subjetiva e objetiva sobre as mesmas anterior à entrevista. Apesar disto foi possível responder ao questionamento inicial, demonstrando os fatores de influência para a construção de um projeto de vida e o impacto deste na sociedade como um todo.

Neste sentido se faz necessário criar mecanismos políticos que ensejem a transformação e desenvolvimento de condições materiais de existência, que rompam com as condições objetivas da pobreza e subalternidade, construindo com o indivíduo estas ferramentas, com a finalidade de evitar uma reprodução inconsciente das vivências de suas gerações anteriores, além do rompimento de barreiras raciais, econômicas, familiares, de localidade, que acabam por definir e manter os indivíduos oriundos de realidades marcadas pela vulnerabilidade nos mesmos lugares, impossibilitando a mobilidade social, e o acesso à oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Os atuais processos de avaliação das políticas sociais no Brasil**. 2007. Dissertação – Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **IPEA**. 2011. Disponível em: . Acesso em 26 set. 2018.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J.E.D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. In: ENS – Escola Nacional de Seguros, Edição 32, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos...CPES: Centro de Pesquisa e Economia do Seguro. 2018.

LEITE, Izildor Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza.2001. Tese – Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2001.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Ed:Vozes. 19ª Ed. Petrópolis, 2007.

MOREIRA, Ana Paula Leite. **Trabalho Infantil Doméstico**: ocupação precoce das meninas do Bairro São Francisco de Assis. *Pensar Acadêmico*, n.3, nov., 2017.

SILVA, Carla Cecília Serrão. **Trabalho Infantil Doméstico**: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís. Dissertação – Políticas públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP/ed. 34, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes Públicos 9, 11, 123, 124, 126, 127, 130

Alienação Parental 9, 12, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196

C

Canabis Medicinal 9, 11, 108

Cidadania 2, 9, 68, 133, 136, 142, 143, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 180, 189, 206

Controle Social 9, 10, 12, 44, 49, 56, 61, 62, 79, 135, 142, 178, 183

(Cyber)Pedofilia 9, 10, 70, 74

D

Democracia 2, 9, 24, 81, 101, 106, 132, 133, 137, 139, 142, 156, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 180, 181, 183, 184

Desdemocratização 9, 11, 132, 133, 136, 137, 139, 142

Direito Penal 14, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 81, 82

Direito Penal Mínimo 10, 1, 13

Direitos Humanos 10, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 30, 52, 53, 68, 69, 71, 72, 80, 81, 112, 141, 162, 173, 178, 179, 182, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Divórcio 12, 185

E

Encarceramento 9, 10, 12, 37, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 66, 67, 86

Estado de Direito 2, 9, 24, 126

Execução da Pena 9, 10, 15, 27

F

Família 9, 45, 47, 48, 66, 80, 81, 82, 85, 89, 127, 131, 166, 178, 185, 192, 193, 195, 197, 198, 200, 201, 204, 205

Federalismo Cooperativo 9, 11, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105

Filiação Ideológico Partidária 11, 144

I

Idosos 9, 12, 171, 172, 173, 174, 178, 182, 183

Inclusão Social 9, 11, 158, 162, 164, 166, 168

Instituições 2, 9, 34, 48, 61, 67, 130, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 154, 158,

165, 169, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 185, 209, 213, 215

L

Loucura 9, 75, 207, 209, 216, 219

M

Mulheres 9, 10, 18, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 72, 76, 77, 78, 79, 81, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 212

O

Omissão Estatal 11, 123, 124, 127, 130

P

Participação Social 9, 11, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 161, 162, 164, 165, 167, 169

Pessoa com Deficiência 9, 11, 139, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183

Pobreza 9, 12, 10, 104, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Princípio da Insignificância 9, 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Prisão Domiciliar 9, 10, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

R

Regulamentação do Uso 9, 11, 108, 117

S

Saúde 9, 11, 9, 41, 42, 64, 82, 84, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 121, 122, 132, 143, 168, 173, 177, 179, 188, 192, 214

Separação 12, 3, 5, 138, 139, 140, 185, 186, 190, 193, 194

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020